

Shutterstock



Força para o DIALÓGO

Encontro em São Paulo debate fortalecimento do setor de Defesa no Brasil, que busca tornar-se referência como mediador de conflitos no mundo

Cíntia Leone

○ Brasil é visto como uma nação de tradição pacífica. E quer continuar nessa condição, sobretudo no momento em que parece debutar no mundo para sua, enfim, fase adulta. Uma maturidade que implica ter novas ambições, assumir mais riscos, ocupar novos cenários e, neles, cometer menos erros. Uma evidência dessa nova atitude é o esforço do país para conquistar um lugar definitivo no Conselho de Segurança da ONU.

Esse novo momento foi o norte do Enabed, um encontro nacional sobre defesa e segurança organizado pela Abed (Associação Brasileira de Defesa), com apoio da **Unesp**. O evento, realizado no Memorial da América Latina, em São Paulo, de 6 a 9 de agosto, reuniu pesquisadores de diferentes universidades brasileiras e escolas militares, além de instituições de todo o continente. A coordenação foi de Samuel Alves Soares, professor da **Unesp** de Franca e presidente da Abed.

No encontro, foi lançado o *Livro Branco de Defesa Nacional*, um documento inédito que divulga a estratégia e a política nacionais de defesa (ver box). Esta edição do Enabed teve também, pela primeira vez, a participação de dois ministros: Celso Amorim, da Defesa, e Wellington Moreira Franco, da Secretaria de Assuntos Estratégicos. Amorim fez a conferência de abertura do encontro, quando defendeu mais investimentos em defesa. “A nova estatura do país requer forças armadas continuamente estruturadas”, disse.

O *Jornal Unesp* traz alguns dos mais controversos assuntos do evento, que reuniu mais 600 participantes. Outras informações sobre o Enabed estão disponíveis no *BlogACI* em <http://blogaci.unesp.br/defesaesequancainternacional>, com entrevistas exclusivas dos ministros Amorim e Moreira Franco.

JOGO DE CINTURA

O canadense Hal Philip Klepak Powell, professor da MC Gill University, abordou no encontro a mediação de conflitos. “Em um mundo com tantas tensões em potencial, um país como o Brasil, com capacidade de negociação e certa neutralidade, será um player importante”, disse.

Essa proposta é coerente com a campanha brasileira pelo seu novo papel no mundo – o de mediador. E a razão da escolha, segundo o professor Héctor Luis Sant-Pierre, da **Unesp** de

Franca, é o custo. “O Brasil quer ter um perfil de jogador global, mas por ter outras carências de investimento não pode gastar maciçamente no setor militar”, explicou. “Como o país tem, de fato, grande capacidade de negociação e alguma equidistância em relação a diversos conflitos, o Itamaraty colocou com muita inteligência essa nova questão na mesa, que é a necessidade de mediação.”

Os esforços do país nesse sentido foram testados, em 2010, quando as diplomacias brasileira e turca conseguiram um inédito acordo nuclear com o Irã. O então presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o primeiro-ministro turco, Recep Tayyip Erdogan, foram a Teerã a pedido do presidente americano Barack Obama, que paralelamente já preparava novas sanções ao país persa. “Os EUA subestimaram a capacidade negociadora de Brasil e Turquia”, diz Trita Parsi, em seu livro *A Single Roll of the Dice (Uma Única Jogada do Dado)*, publicado pela Yale University Press.

A Minustah (sigla derivada do francês da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti) é outro desafio para a imagem do país como mediador. A missão de paz, que é comandada por militares brasileiros, foi criada após a deposição do presidente Jean-Bertrand Aristide, em 2004, e reforçada depois do terremoto de 2010. Tema constante no Enabed, a Minustah é vista como bem-sucedida por boa parte da academia e da imprensa. Mas a reputação vem sendo ameaçada pela demora na retirada da missão do país caribenho, somada a problemas como denúncias de massacres contra civis.

A habilidade brasileira também foi testada, como lembra Saint-Pierre, quando a Bolívia decidiu nacionalizar a exploração de gás e petróleo, afetando os interesses da Petrobras, em 2006. “A decisão do Brasil, de respeitar as decisões bolivianas, foi brilhante”, diz. “O país investiu mais em prospecção e achou o pré-sal; ganhou legitimidade em futuras negociações; e a Bolívia, que ficou sem cliente, hoje vende o gás a um preço mais baixo do que naquela época.”

CORRIDA ARMAMENTISTA

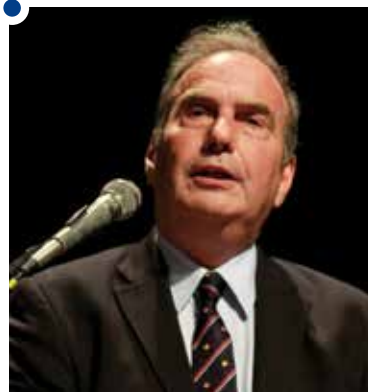
Investimentos em defesa na América do Sul cresceram na última década, sobretudo no Brasil, o que gerou certa preocupação no exterior



Fotos Cinthia Leone



Evento, que foi coordenado pelo professor Samuel Soares (esq.), do Câmpus de Franca, contou com convidados como o canadense Hal Powell (dir.) e atraiu pesquisadores de universidades e escolas militares brasileiras, além de estudiosos de países da América do Sul



(veja quadro). No evento, Amorim ressaltou que o país deve dar mais importância ao tema, diante de seu novo posicionamento no mundo. “Ser pacífico não significa ser indefeso”, afirmou.

O assunto inspirou pesquisas apresentadas no Enabed, como a de Álvaro Panazzolo Neto e Giovanni Hideki Chinaglia Okado, da Universidade de Brasília (UnB). Eles fizeram uma comparação entre os períodos de 1971-1980 e 2001-2010 no que diz respeito à compra de armamentos. “Não há agora

uma corrida armamentista como houve nos anos 70, mas apenas processos de modernização que isoladamente não implicam risco de conflito”, disse Panazzolo Neto.

Sexta maior economia, o Brasil detém a 11.ª posição em dispêndio com Defesa. “Os gastos em Defesa, ocupantes da 4ª posição no orçamento geral do país, são concentrados em pagamento de pessoal e não em investimentos diretos”, disse o professor Samuel Soares. “O quadro atual, de sucateamento dos meios das Forças Armadas, é indicativo

de que esta condição está muito aquém das necessidades.”

Uma iniciativa para melhorar essas condições, por exemplo, na fronteira amazônica, é o Programa Amazônia Protegida que, segundo o Ministério da Defesa, investirá R\$ 1 bilhão até 2018 na criação de 27 pelotões especiais na região.

Pesquisador da Universidade Federal Fluminense (UFF), Miguel Patrice Philippe Dhenin assinala que essa faixa de fronteira apresenta geralmente uma estrutura precária, com

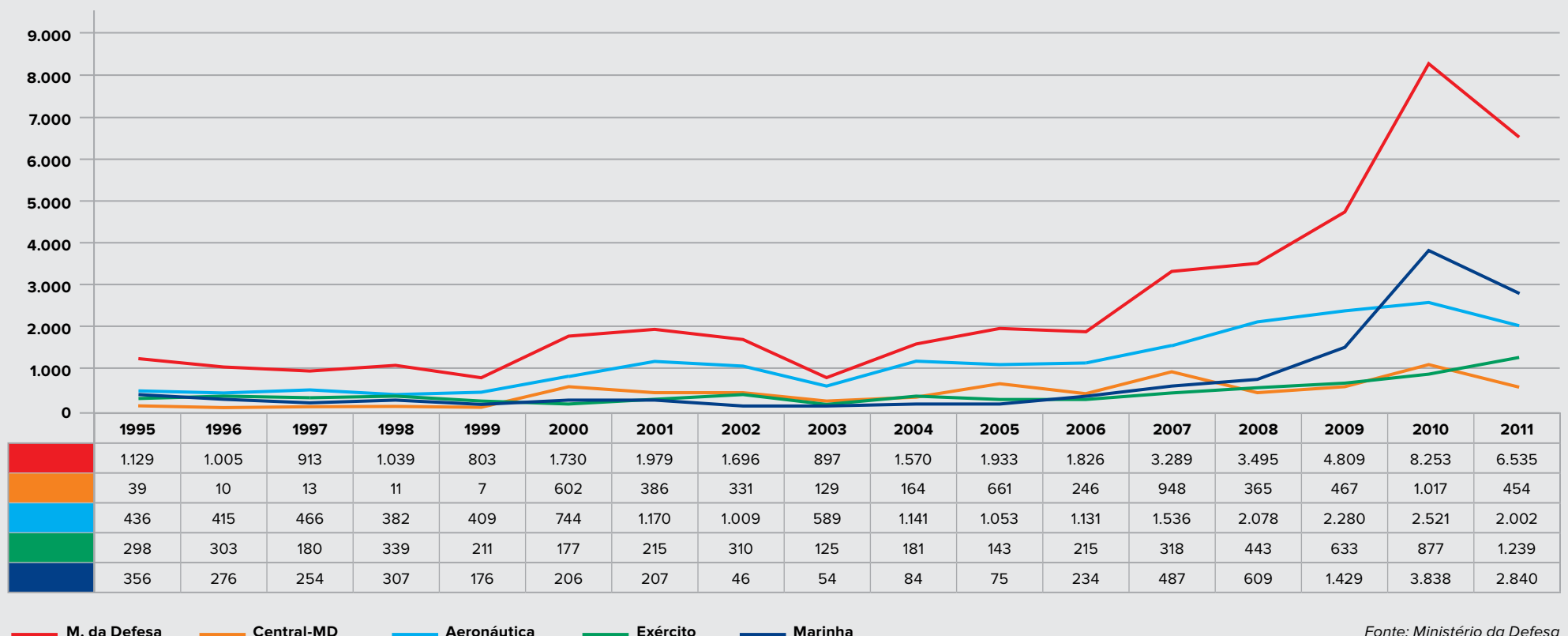
PARA QUE SERVE O LIVRO BRANCO?

Um “Livro Branco de Defesa” é o documento em que uma nação divulga aos seus cidadãos e ao mundo sua política e sua estratégia de Defesa. No Brasil, a Política Nacional de Defesa (PND) foi lançada primeiramente em 2005 e diz quais são seus conceitos políticos. A Estratégia Nacional de Defesa (END) foi lançada em 2008 para definir as atribuições das Forças Armadas e estabelecer os setores prioritários, que hoje são o nuclear, o cibernético e o espacial. Tanto a PND quanto a END foram atualizadas este ano e terão revisão periódica.

O livro brasileiro, que foi elaborado após debates públicos e participação de pesquisadores, reforça as intenções pacíficas do país. “O livro serve para dar transparência, desmentir boatos de que estamos em corrida armamentista e deixar claro que nossa estratégia para a região é a cooperação – todos os nossos esforços de dissuasão estão voltados para fora da América do Sul”, disse Amorim em entrevista ao *Jornal Unesp*, durante o Enabed.

Todas as ações do Ministério da Defesa estão contempladas no livro, como a fiscalização do uso da tecnologia nuclear para fins pacíficos, passando pelos projetos de modernização do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) e criação da Cartografia da Amazônia, até as atuais ações para incrementar a indústria bélica. No setor aeronáutico, destaca-se a parceria com a África do Sul para a criação de sistema de lançamento de mísseis de aeronave para aeronave (o Programa Míssil Ar-Ar). Nesse campo, o Brasil já se destaca na fabricação do avião Super Tucano da Embraer, para treinamento de pilotos e patrulhamento. No setor espacial, o livro enfatiza a importância do Veículo Lançador de Satélites e aponta a necessidade de mais investimentos. Na área cibernética, a publicação resalta a construção da sede definitiva do Centro de Segurança Cibernética do Exército. Mais detalhes do Livro Branco brasileiro podem ser obtidos em <http://migre.me/aovkJ>.

Investimentos do Brasil em Defesa (em milhões de reais), no período 1995-2011, sem levar em conta as despesas com custeio (pagamento de pessoal)



energia e comida racionadas e pouca comunicação e capacidade de ação. A pesquisa de Dhenin, feita em parceria com a Universidade de Paris III, da França, lida também com aspectos sociais das bases militares. “Há problemas com garimpeiros, contrabandistas, traficantes, ONGs estrangeiras, indígenas, igrejas e ambientalistas, e isso precisa ser equacionado para que haja uma presença militar de fato e não apenas uma ocupação territorial”, diz.

RIQUEZAS NATURAIS

A proteção das riquezas naturais é vital para a segurança nacional brasileira. Entre os especialistas que trataram desse tema na Enabed estava Eduardo Xavier Ferreira Migon, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme). Ele defende a adoção de mecanismos de prevenção de conflitos para sistemas de gestão compartilhada de recursos hídricos, com atenção especial para as bacias hidrográficas amazônicas. Migon aponta como exemplo o acordo de gestão compartilhada do Aquífero Guarani, promovido em 2010 para evitar tensões e decretar que o acesso e a gestão do reservatório são restritos a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Com foco na Amazônia Azul (como são chamadas as águas do Atlântico e seus recursos naturais, como o pré-sal), foi anunciada em



Cíntia Leone



Cíntia Leone

Sérgio Aguilar (esq.) criticou proposta de ligar tráfico a terrorismo; Paulo da Cunha (acima, no centro da mesa) apontou influência ultranacionalista na formação militar; e Héctor Saint-Pierre (dir.) debateu plano do país para mediar conflitos



Divulgação

agosto a criação da Amazul, uma estatal que, segundo o Ministério da Defesa, se dedicará a reestruturar o setor nuclear brasileiro. A nova empresa se concentrará no desenvolvimento do submarino de propulsão atômica, que monitorará a costa.

O mercado interno é outro tema prioritário na área de segurança, sendo foco principal da Secretaria de Assuntos Estratégicos. “Temos hoje 52% da população na classe média, que coloca algo em torno de R\$ 1.100 bilhões na economia por ano”, diz Moreira Franco, ministro-chefe da SAE. “É um ativo fundamental para o futuro do país.”

CRIME E TERROR

O termo narcoterrorismo, usado pelos EUA para se referirem às Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia –

Exército do Povo) é polêmica no continente. Isso porque, com a admissão do termo, a responsabilidade de ações contra esses grupos teria que ser compartilhada, e não ser apenas de responsabilidade colombiana. E mais: daria argumentos para ações militares dos países para além de suas fronteiras, como a realizada pela Colômbia em 2008, no Equador.

“O Plano Colômbia não é um acordo de cooperação porque o congresso jamais o aprovou”, afirmou a cientista política colombiana Diana Pilar Marino Guerrero sobre a parceria com os EUA. Na visão de Diana, que é aluna do Programa de Pós-Graduação “San Tiago Dantas”, oferecido em parceria por Unesp, Unicamp e PUC-SP, essa parceria é prejudicial à Colômbia, por causar instabilidades com vizinhos.

Andréa Ribeiro, pesquisadora da UFF, ressaltou que os EUA chegaram a propor ao governo fluminense a instalação de uma base militar para combater o que eles chamam de “narcoterror” nas favelas cariocas, “o que foi rejeitado”. De acordo com o professor Sérgio Aguilar, da Unesp de Marília, o Brasil tem razões para evitar definir como terrorismo ações de criminosos como os integrantes do PCC. “Não é só a exposição negativa, mas o temor de intervenções militares externas, contra as quais o país tem uma histórica e coerente posição contrária”, declarou.

IDEOLOGIA MILITAR

A formação dos militares no Brasil foi o assunto de outra mesa-redonda, coordenada pelo professor Paulo Ribeiro da Cunha, da Unesp de Marília,

que apoia uma reestruturação da área. “A educação dos oficiais hoje envolve a leitura de textos ultranacionalistas, que são a base da formação do pensamento de direita no Brasil”, afirma.

Sued Lima, da Universidade Estadual do Ceará, apresentou uma análise da grade curricular das escolas militares antes e após a ditadura. “Não mudou categoricamente nada”, disse ele. Para o professor Saint-Pierre, também é fundamental aprimorar a formação acadêmica dos oficiais. “A Defesa reside antes nas mentes e somente depois nos músculos”, assinalou.

Mais informações no blog <http://blogaci.unesp.br/defesaesegurancainternacional>, com entrevistas exclusivas dos ministros Amorim e Moreira Franco

Os discursos dos ministros (trechos)

Celso Amorim

[...] A sociedade deve fortalecer continuamente a expectativa de que, na democracia, as forças armadas se mantenham distantes das querelas inerentes ao jogo político-partidário.

[...] Mas certos temas continuam a levantar dúvidas e questionamento. Por exemplo: eventuais necessidades de segurança pública funcionam por vezes como fator de pressão e criam expectativa de que, precisamente pelo respeito que suscitam, as forças armadas podem “resolver o problema”.

[...] Hoje, temos interesses muito claros no mundo. Temos também um patrimônio que nos transforma em um dos territórios mais ricos do planeta.

[...] O Brasil deve construir capacidade dissuasória crível, que torne extremamente custosa a perspectiva de agressão ao nosso país – esta é a pedra de toque da estratégia de defesa...

[...] Um Conselho de Segurança mais representativo e mais legítimo terá melhores condições de encontrar soluções para problemas hoje intratáveis, como a crise da Síria ou a disputa que envolve o programa nuclear iraniano...



Leia íntegra do discurso do ministro Celso Amorim acessando pelo seu celular ou tablet com um leitor QR Code, ou acesse <http://bit.ly/SxooFI>



Moreira Franco

[...] Gostaria de trazer à consideração dos senhores cinco questões para pensar a defesa nacional. A primeira se refere à percepção de ameaças pelo Estado e pela sociedade brasileira. [...] Com o recente crescimento de seu protagonismo internacional, seria imprudente imaginar que o Brasil não enfrente antagonismos na realização dos interesses nacionais.

[...] A segunda questão é a política de reorganização da base industrial de defesa. Ainda não temos uma política industrial para esse setor produtivo.

[...] A terceira diz respeito ao Congresso Nacional, que reflete os anseios da sociedade, e esta não tem a Defesa nacional na sua agenda de demandas. Daí porque o parlamento tende a ser mais reativo que propositivo no tema.

[...] A quarta se relaciona à integração entre academia e governo. [...] A capacidade do Executivo depende de boas ideias e de bons conceitos provenientes do meio acadêmico, civil e militar.

[...] A quinta trata dos nossos vizinhos da América do Sul. [...] Posso afirmar que se projeta um polo no mundo globalizado com o protagonismo crescente da América do Sul. [...]



Leia íntegra do discurso do ministro Moreira Franco acessando pelo seu celular ou tablet com um leitor QR Code, ou acesse <http://bit.ly/P9bpuq>

